

Data de Disponibilização: 15/01/2020

Data de Publicação: 16/01/2020

Jornal: Diário Oficial PERNAMBUCO

Caderno: Tribunal de Justiça

Local: INTERIOR

Tabira – Vara Única

Página: 00781

PAUTA DE INTIMAÇÃO O Dr. Jorge William Fredi, Juiz Substituto desta Vara Única da Comarca de Tabira/PE , em virtude da Lei, etc... Faz saber que pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados dos DESPACHOS/DECISÕES/ SENTENÇA proferidos nos processos abaixo relacionados: Classe: Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa

Processo: nº. 000058-56.2006.8.17.1420

Requerente: Municipio de Tabira

Requerido: Jose Edson Cristovao de Carvalho

Requerido: Dionelson Amancio de Siqueira

Requerido: Jose Antonio Veras de Carvalho

Requerido: Jose Edinaldo Galdino da Silva

Requerido: Almiros Pereira de Oliveira

Requerido: Nelson Joao de Siqueira Filho

Advogado: EDILSON XAVIER DE OLIVEIRA - OASB/PE 9299; Laudiceia Rocha de Melo Barros - OAB/PE 17.355; Taiza Maria Alves da Silva - OAB/ PE 19.732.

Requerido: Ivan Amorim de Lira

Advogado: Bruno Torres de Azevedo - OAB/PE 22.428; Henrique Emanuel de Andrade - OAB/PE 22.439; Salomao Francisco Alves Filho - OAB/ PE 27.989 e Stephanie Sampaio de Andrade - OAB/PE 30.081

SENTENÇA: O MUNICIPIO DE TABIRA ajuizou a presente Acao Civil Publica por ato de improbidade administrativa em face de: JOSE EDSON CRISTOVAO DE CARVALHO (ex-prefeito de Tabira), DIONELSON AMANCIO DE SIQUEIRA, JOSE ANTONIO VERAS DE CARVALHO, JOSE EDINALDO GALDINO DA SILVA, ALMIRES PEREIRA DE OLIVEIRA, NELSON JOAO DE SIQUEIRA FILHO e IVAN AMORIM DE LYRA. Alegou, em sintese, responsabilidade por ato de improbidade administrativa, uma vez que os reus agiram em conluio durante procedimento licitatorio de leilao, malferindo os principios da legalidade e publicidade. Ao final, requereu a condenacao dos requeridos nas sancoes previstas no art. 12, III, da Lei n. 8.429/92, em razao da pratica de atos de improbidade administrativa que atentaram contra os principios da Administracao Publica. Juntou documentos (fls. 19/102). Os requeridos foram devidamente notificados,

tendo inclusive apresentado suas defesas preliminares (fls. 111/119, 137/143, 153/157). Na ocasião, foram suscitadas preliminares de ineptia da inicial, falta de autenticidade dos documentos acostados, ilegitimidade passiva (dos licitantes) e litigância de má-fé. Todas as preliminares foram repelidas em decisão interlocutória de fls. 249/251. O requerido JOSE EDSON CRISTOVAO DE CARVALHO vence as eleições no curso do processo, gerando inegável conflito de interesses. A solução adotada foi a interpretação analógica do art. 9º do CPC/73 atribuindo-se uma curadora especial ao réu. Decisão de fls. 249/251 recebe a petição inicial em seus termos. Contestações apresentadas pelos requeridos JOSE EDSON, ALMIRES, DIONELSON, JOSE EDINALDO e JOSE ANTONIO VERAS são idênticas e seus fundamentos ancoram-se na ausência de dolo da conduta dos réus (fls. 206/309). Contestação do réu IVAN AMORIM, embora em diferente formatação, também se faz uso do argumento da ausência de dolo. O réu JOSE EDINALDO deixa transcorrer o prazo de contestação in albis. Em

despacho saneador, o processo é EXTINTO em relação ao réu NELSON JOAO DE SIQUEIRA FILHO, devido ao seu óbito devidamente documentado (fl. 353). Partes não requereram produção de mais provas. Manifestação Ministerial (fls. 358/359) pugna pela procedência da ação em relação ao réu JOSE EDSON CRISTOVAO DE CARVALHO e pela improcedência em relação aos demais. E o relatório. Decido. Preliminarmente, verifico que os pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo estão presentes, bem como as condições da ação, não havendo qualquer questão preliminar ou prejudicial pendente de decisão, razão pela qual passo à questão de fundo. A exordial questiona um leilão para venda de automóveis previsto para ser realizado no dia 06/12/2004. A alienação foi suspensa pelo juiz de primeira instância, em mandado de segurança movido pelo Prefeito vencedor das eleições (que ainda não tinha sido diplomado). Em sede de Agravo de Instrumento, o Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco suspende a decisão do juízo a quo, permitindo a continuidade do procedimento licitatório. Frise-se que, até então, a licitação se encontrava regular e sem vícios. Destarte, o busilis da questão passou a residir fundamentalmente na sequência do julgamento do agravo. O ex-prefeito, ao continuar a decisão exarada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ordenou o seguimento do leilão em apenas 24h, ferindo o princípio da publicidade. Não obstante a evidente irregularidade, da análise das provas carreadas aos autos, sob o crivo do contraditório, não é possível aferir, com segurança, própria do juízo de cognição exauriente, que os requeridos praticaram determinado ato com o intuito de afrontar os princípios constitucionais da legalidade e da publicidade, ou alternativamente, com o intuito de praticar ato visando fim proibido. Longe de se aceitar uma conduta contrária à Constituição Federal, o que se verifica é que, ainda que não se tenha observado a efetiva publicidade do leilão (após a suspensão), não se prova a existência de dolo por parte do então gestor municipal ou qualquer dos licitantes. Na verdade, entendo que, provavelmente, tais irregularidades não ocorreriam caso a licitação não tivesse sido suspensa. Ainda verifico que qualquer má-intenção, por parte dos requeridos, se esvaece quando se verifica que os valores pagos no leilão são condizentes com os preços de mercado para veículos em similares situações. Assim, o que se extrai do caso é que, de forma atabalhoada e visando logo concluir o procedimento licitatório, o ex-prefeito tenha, de fato, incorrido em ilegalidade no que tange à publicidade do ato. Ocorre que é imperioso destacar que irregularidades ou ilegalidades administrativas não indicam, por si só, ato de improbidade administrativa quando ausente o dolo ou culpa (este último nas hipóteses de ato de improbidade administrativa com dano ao erário) do agente público e a ocorrência de prejuízo. O ato de improbidade administrativa, notadamente aqueles que impliquem em violação aos princípios da administração pública, exige para a sua configuração a ilegalidade qualificada, consistente no atuar com

desonestidade, ma-fe, dolo ou culpa grave. O Superior Tribunal de Justica, por inumeras vezes, destacou tal interpretacao. Nesse sentido: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NAO CONFIGURACAO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Nao configura improbidade administrativa a contratacao, por agente politico, de parentes e afins para cargos em comissao ocorrida em data anterior a lei ou ao ato administrativo do respectivo ente federado que a proibisse e a vigencia da Sumula Vinculante 13 do STF. A distincao entre conduta ilegal e conduta improba imputada a agente publico ou privado e muito antiga. A ilegalidade e a improbidade nao sao situacoes ou conceitos intercambiaveis, cada uma delas tendo a sua peculiar conformacao estrita: a improbidade e uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsao do agente, atuando com desonestidade, malicia, dolo ou culpa grave. A confusao conceitual que se estabeleceu entre a ilegalidade e a improbidade deve provir do caput do art. 11 da Lei 8.429/1992, porquanto ali esta apontada como improba qualquer conduta que ofenda os principios da Administracao Publica, entre os quais se inscreve o da legalidade (art. 37 da CF). Mas nem toda ilegalidade e improba. Para a configuracao de improbidade administrativa, deve resultar da conduta enriquecimento ilicito proprio ou alheio (art. 9º da Lei 8.429/1992), prejuizo ao Erario (art. 10 da Lei 8.429/1992) ou infringencia aos principios nucleares da Administracao Publica (arts. 37 da CF e 11 da Lei 8.429/1992). A conduta do agente, nos casos dos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992, ha de ser sempre dolosa, por mais complexa que seja a demonstracao desse elemento subjetivo. Nas hipoteses do art. 10 da Lei 8.429/1992, cogita-se que possa ser culposa. Em nenhuma das hipoteses legais, contudo, se diz que possa a conduta do agente ser considerada apenas do ponto de vista objetivo, gerando a responsabilidade objetiva. Quando nao se faz distincao conceitual entre ilegalidade e improbidade, ocorre a aproximacao da responsabilidade objetiva por infracoess. Assim, ainda que demonstrada grave culpa, se nao evidenciado o dolo especifico de lesar os cofres publicos ou de obter vantagem indevida, bens tutelados pela Lei 8.429/1992, nao se configura improbidade administrativa. REsp 1.193.248-MG, Rel. Min. Napoleao Nunes Maia Filho, julgado em 24/4/2014. DIREITO SANCIONADOR. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ACAO CIVIL PUBLICA POR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPUTACAO PELO ART. 11, VI (OFENSA A PRINCIPIOS ADMINISTRATIVOS POR DEIXAR O AGENTE PUBLICO DE PRESTAR CONTAS QUANDO ESTEJA OBRIGADO A FAZE-LO) DA LEI 8.429/92. CONVENIO 816.101/2007, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/PB E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO. ATRASO NA PRESTACAO DE CONTAS. CONDUCTA QUE NAO SE SUBSUME AO ART. 11, VI DA LIA, QUE DISCIPLINA O ATO IMPROBO ENSEJADOR DE OFENSA AOS PRINCIPIOS NUCLEARES ADMINISTRATIVOS POR AUSENCIA DE PRESTACAO DE CONTAS, QUANDO SE ESTA OBRIGADO A FAZE-LO.

ACORDAO DO TRF DA 5a. REGIAO MANTIDO, POIS, DE FATO, NAO HA TIPICIDADE FORMAL NA LIA QUANTO A EVENTUAL PRAZO DE DEMORA NA PRESTACAO DE CONTAS PELO EX-PREFEITO QUE PUDESSE SIGNIFICAR A LINHA DE CRUZAMENTO PARA INGRESSO EM ATO IMPROBO. ADEMAIS, AS INSTANCIAS ORDINARIAS FORAM UNANIMES EM RECONHECER QUE O ENTAO ALCAIDE APRESENTOU AS CONTAS DO CONVENIO, AINDA QUE A DESTEMPO, SINALIZANDO A FUNDAMENTAL DISTINCAO ENTRE IRREGULARIDADES FORMAIS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REGISTRE-SE, TAMBEM, QUE A IDENTIFICACAO DO DOLO E FUNDAMENTAL PARA A CONDENACAO POR ATO MALEFICIENTE, O QUE NAO OCORREU NA HIPOTESE. AGRAVO INTERNO DO MPF A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Cinge-se a controversia em saber se a conduta imputada ao Alcaide demandado - atraso em prestacao de contas - pode ser atribuido o rotulo de improbidade administrativa. 2. A ilegalidade e a improbidade nao sao, em absoluto, situacoes ou conceitos intercambiaveis, nao sendo juridicamente aceitavel tomar-se

uma pela outra (ou vice-versa), uma vez que cada uma delas tem a sua peculiar conformação estrita: a improbidade e, destarte, uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsão do agente, atuando sob impulsos evitados de desonestidade, malícia, dolo ou culpa grave. 3. Verifica-se, in casu, que houve a apresentação das contas, não obstante a destempero, bem como a inexistência de efeitos deletérios ao ente público decorrentes da conduta imputada ao acusado. 4. O mero atraso no cumprimento da obrigação de prestar contas, desassociado a outros elementos que evidenciem de forma clara a existência de dolo ou má-fé, não configura ato de improbidade previsto no art. 11, VI da Lei 8.429/92. 5. Agravo Interno do MPF a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1518133/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 21/09/2018) ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11 DA LEI N. 8.429/1992. ELEMENTO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUMULA 7 DO STJ. 1. A jurisprudência de ambas as Turmas que integram a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de ser imprescindível a configuração do ato de improbidade tipificado no art. 11 da Lei n. 8.429/1992 a existência de elemento subjetivo doloso, ainda que genérico. 2. Hipótese em que, segundo o Tribunal de origem, não ficou demonstrada a presença do elemento subjetivo e o suporte probatório constante dos autos mostrou-se insuficiente para comprovar a má-fé dos agentes, ora agravados. 3. A desconstituição de premissas fáticas estabelecidas pela Instância a quo, à luz do material cognitivo produzido nos autos, esbarra no óbice estampado na Súmula 7 desta Corte, visto que demanda reexame de provas, desiderato incompatível com a via especial. Precedentes. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1559515/RN, Rel. Ministro GURGEL DE FARIAS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 04/11/2016) ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. LEI 9.429/92, ART. 11. DESNECESSIDADE DE OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. EXIGÊNCIA DE CONDUTA DOLOSA. 1. A classificação dos atos de improbidade administrativa em atos que importam enriquecimento ilícito (art. 9º), atos que causam prejuízo ao erário (art. 10) e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11) evidencia não ser o dano aos cofres públicos elemento essencial das condutas improbas descritas nos incisos dos arts. 9º e 11 da Lei 9.429/92. Reforçam a assertiva as normas constantes dos arts. 7º, caput, 12, I e III, e 21, I, da citada Lei. 2. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência do STJ associam a improbidade administrativa a noção de desonestidade, de má-fé do agente público. Somente em hipóteses excepcionais, por força de inequívoca disposição legal, e que se admite a configuração de improbidade por ato culposos (Lei 8.429/92, art. 10). O enquadramento nas previsões dos arts. 9º e 11 da Lei de Improbidade, portanto, não pode prescindir do reconhecimento de conduta dolosa. 3. Recurso especial provido. (REsp 604.151/RS, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 08.06.2006) Ademais, mesmo que, eventualmente, parem suspeitas de conluio entre o ex-prefeito e os licitantes, estas não foram devidamente comprovadas nos autos, de tal maneira que se faz mister a improcedência do pedido. Veja que foi oportunizado aos autores a indicação de outras provas a produzir, contudo, manifestaram-se pelo julgamento do mérito, sem a produção de outras provas.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial em relação aos reus JOSE EDSON CRISTOVÃO DE CARVALHO, DIONELSON AMÂNCIO DE SIQUEIRA, JOSE ANTONIO VERAS DE CARVALHO, JOSE EDINALDO GALDINO DA SILVA, ALMIR PEREIRA DE OLIVEIRA e IVAN AMORIM DE LYRA da acusação de improbidade administrativa lhes foi imputada nestes autos. Quanto ao pedido de anulação do ato jurídico (leilão) JULGO IMPROCEDENTE com

amparo na teoria do fato consumado, em razão ao longo tempo que se passou desde a efetivação do mesmo. Por fim, JULGO EXTINTO

o presente feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de

Processo Civil. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 18 da Lei n. 7.347/85. Tabira, 15.01.2020 E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, eu, Maria Sueli de Almeida, o digitei e submeti à conferência e subscrição da Chefia de Secretaria. Jorge William Fredi Juiz Substituto